



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2025
EDITAL

CONTRATANTE:

Câmara de Vereadores de Itajaí – Estado de Santa Catarina
UASG: 926851

OBJETO:

Contratação de empresa especializada na exploração comercial de serviços de cafeteria/lanchonete nas dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí, mediante concessão de uso de espaço físico.

VALOR DE REFERÊNCIA PARA APLICAÇÃO DE DESCONTO:

R\$ 85,12 (oitenta e cinco reais e doze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 26/06/2025 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior DESCONTO Global

MODO DA DISPUTA:

“Aberto”

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS:

Sim

CONSÓRCIO:

Sim

SUBCONTRATAÇÃO:

Não



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



Torna-se público que a **Câmara de Vereadores de Itajaí**, por meio da Diretoria de Licitações, Contratos e Compras, sediada na Avenida Vereador Abrahão João Francisco, 3.825, Ressacada, CEP 88.307-303, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na sua forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e Decreto Legislativo nº 713, de 04 de abril de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente é a contratação especializada na exploração comercial de serviços de cafeteria/lanchonete nas dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí, mediante concessão de uso de espaço físico, conforme quantitativo, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

1.2. O julgamento do processo será realizado de forma GLOBAL, conforme tabela constante no Anexo I – Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



2.5. Para esta licitação a participação é exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, nos termos do que dispõe o artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

2.8. Não poderão participar da licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.10. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do artigo 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Câmara de Vereadores de Itajaí e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que incluía, com encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado no presente edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre integralmente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal/1988;

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregado executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do artigo 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.11.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Câmara de Vereadores de Itajaí, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da observância de mensagens emitidas pela Câmara ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor ou desconto unitário do item;

4.1.2. descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente, o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidade adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Câmara de Vereadores de Itajaí, por parte dos licitantes interessados no objeto da contratação, pode ensejar responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal/1988; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no presente instrumento convocatório.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor UNITÁRIO, no entanto o julgamento será de forma GLOBAL.**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento).**

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "aberto", desta forma os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convidados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1. O critério de desempate é aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Câmara de Vereadores de Itajaí.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. A(O) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no presente Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado à(ao) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do presente, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentro outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação prévia a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5. e 3.6 do presente instrumento convocatório.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação constante neste Edital.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Câmara de Vereadores de Itajaí;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado.

6.8.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

6.8.1.1. que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta;

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da sua proposta de preços.

6.10. Independente do custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Câmara, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta e poderá ser ajustada pelo fornecedor no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha, passível de correção, indicação de recolhimento de impostos ou contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo Registro Cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório ou servidor autorizado da Câmara de Vereadores de Itajaí.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende os requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (artigo 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições peculiares do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Câmara de Vereadores de Itajaí data e horário exclusivos a serem agendados (indicar pessoa e número de contato), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

7.11. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

7.11.2. Na hipótese da fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.

7.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, de acordo com o que dispõe o artigo 64 da Lei nº 14.133/2021, para:

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciada na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.cvi.sc.gov.br/licitacoes>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando solicitado;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Câmara de Vereadores de Itajaí;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6. fraudar a licitação;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Câmara de Vereadores de Itajaí poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar ou contratar.

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 a multa será de 0,50% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação de sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito do Município de Itajaí, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º da Lei nº 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Câmara, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores designados através de portaria, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contados da data de intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

9.12. Caberá apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Legislativo nº 713/2023, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados de forma eletrônica, no seguinte endereço: pregao@cvi.sc.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico e no sítio da Câmara de Vereadores de Itajaí, no link licitações: <https://www.cvi.sc.gov.br/licitacoes>.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Câmara de Vereadores de Itajaí, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

11.7.1. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



11.8. O desatendimento às exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergências entre disposições deste Edital e seus anexos, ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra, no Portal Nacional de Contratações (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cvi.sc.gov.br/licitacoes>

11.11. Integram o presente os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência.

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Anexo II – Modelo de Procuração

Anexo III – Modelo de Proposta de Preços

Anexo IV – Minuta do Contrato

Anexo V – Projeto da Cantina/Lanchonete

Itajaí (SC), 11 de junho de 2025.

FERNANDO MARTINS PEGORINI

Presidente

Câmara de Vereadores de Itajaí



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2025
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. O objeto do presente destina-se a contratação de empresa especializada na exploração comercial de serviços de cafeteria/lanchonete nas dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí, mediante concessão de uso de espaço físico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no presente instrumento e Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2. Nos termos do que dispõe o artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, a contratação em apreço não se enquadra como sendo de bem de luxo, e sim caracterizado como comum, conforme justificativa constante no presente.
- 1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Este termo tem como fundamento o *caput* do artigo 29 da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se da modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, observado o que dispõe o artigo 17 do mesmo ordenamento jurídico.
- 2.2. Referida contratação faz-se necessária visando proporcionar melhoria no ambiente de trabalho, nas dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí, permitindo ao público interno e externo, melhores condições de conforto, dotando de um local seguro e apropriado para oferecer lanches e refeições de qualidade.
- 2.3. Além disso, a cafeteria/lanchonete tem um papel essencial na garantia de que o seu pública não necessite se deslocar para lugares externos para adquirir alimentos, o que facilita o controle de entrada e saída, bem como minimiza os riscos decorrentes de deslocamentos dos servidores e público que frequentam.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. O objeto do presente tem como natureza a contratação de serviço comum, entendido como aquele cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme o que dispõe o inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 3.2. Entre as soluções disponíveis no mercado, a melhor opção é a contratação de empresa visando a exploração comercial de serviços de cafeteria/lanchonete, mediante utilização de espaço físico localizado nas dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 3.3. A Administração optou por uma solução que visa oferecer serviços de alimentação à preços módicos e compatíveis com o de mercado, sem a intenção de auferir lucros com a exploração do espaço público, escolhendo como melhor opção de julgamento o MAIOR DESCONTO no valor do grupo de itens, criando uma lista de lanches/refeições básicas, chamada “CESTA BÁSICA DE PRODUTOS”, conforme descrito no item 1.1 do presente.
- 3.4. Além disso, a empresa contratada deverá providenciar autorização pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade, bem como a utilização de mão de obra e equipamentos adequados ao ambiente, refletindo nos resultados produtivos e na melhoria constante do atendimento prestado à sociedade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

- 4.1.1. A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável seguindo diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, utilizando mão de obra, materiais, tecnologias e matérias locais para sua execução, de acordo com o artigo 225 da CF/1988.
- 4.1.2. A contratada, durante todo o período de contratação, deverá manter-se adequada a todas as leis, normas e regulamentos pertinentes a questão ambiental, socioambiental e de sustentabilidade.

4.2. Subcontratação:

- 4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia da contratação:

- 4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação a que se refere o artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que não haverá dispêndio orçamentários por parte da Administração.

4.4. Vistoria:

- 4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 13 às 19h00.
- 4.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização de vistoria.
- 4.4.4. A não realização de vistoria não poderá ensejar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução:

- 5.1.1. A execução do objeto terá início **em até 30 (trinta) dias da assinatura do instrumento contratual**.
- 5.1.2. O serviço de alimentação deverá ser oferecido à preços módicos, ou seja, acessível para a maioria das pessoas, e compatíveis com o valor de mercado, sem comprometer as finanças da instituição. Além disso, o espaço onde serão oferecidos os serviços de alimentação também será utilizado para um importante espaço de convivência para os membros do legislativo municipal, autoridades e população que frequenta a Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 5.1.3. A Administração não se compromete com quantidades específicas de refeições ou lanches a serem observados pela contratada, e não será responsabilizada por variações nesse sentido. O serviço fornecido por uma empresa especializada contratada para uso de espaço de imóvel não sobrecarrega o orçamento da CVI e garante a oferta de um serviço de qualidade a preços compatíveis com o de mercado.
- 5.1.4. A empresa contratada deverá:
- 5.1.4.1. Ser constituída como empresa prestadora de serviços de lanchonete, com vistas a prestação e comercialização de alimentos, para tanto, a empresa deverá providenciar autorização pelos órgãos de controle;
 - 5.1.4.2. Oferecer os serviços durante o horário de funcionamento e término das sessões ordinárias ou extraordinárias da Câmara de Vereadores de Itajaí: sendo de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 19h00, e, nos dias de realização de sessão ordinárias (terça e quinta-feira) e extraordinárias, que iniciam-se, normalmente às 16h00, e têm duração de cerca de 03 (três) horas, sendo que, excepcionalmente, as sessões podem ultrapassar a 06 (seis) horas. Desta forma, o horário de funcionamento da lanchonete e o fornecimento dos itens especificados podem sofrer alterações de acordo com a necessidade da CVI, desde que informado com a antecedência necessária, bem como acordado entre as partes;
 - 5.1.4.3. Manter tabela de preços dos produtos oferecidos em lugar visível na lanchonete;
 - 5.1.4.4. Disponibilizar aos usuários, na lanchonete e em quantidades adequadas: palitos em embalagens individuais, guardanapos de papel em suportes, palhetas plásticas ou de bambu/madeira, com pelo menos 11cm, copos descartáveis, dispensadores de álcool em gel para higienização das mãos;
 - 5.1.4.5. Proibir a venda e consumo de bebidas alcoólicas e cigarros nas dependências da lanchonete;
 - 5.1.4.6. Disponibilizar pessoal suficiente e devidamente capacitado para o serviço de lanchonete;
 - 5.1.4.7. Permitir que os funcionários circulem na área de preparação dos lanches devidamente uniformizados, com proteção para os cabelos, vestimentas e higiene pessoal adequadas e, de acordo com a legislação vigente;
 - 5.1.4.8. Exigir que os funcionários usem calçados fechados e não permitam o uso de bonés como proteção para os cabelos;
 - 5.1.4.9. Disponibilizar recipientes adequados para o descarte de cada tipo de lixo, de acordo com as normas ambientais vigentes;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 5.1.4.10. Armazenar os alimentos em geladeiras, balcões refrigerados, freezers e outros equipamentos necessários para a prestação dos serviços;
- 5.1.4.11. Identificar os alimentos expostos nos balcões refrigerados e aquecidos;
- 5.1.4.12. Utilizar matéria-prima de qualidade que atenda aos padrões e critérios organolépticos, de higiene e nutricionais;
- 5.1.4.13. Preparar os alimentos com a menor quantidade possível de sódio e gordura, a fim de prevenir doenças crônicas degenerativas, não sendo possível substituição por produtos de qualidade inferior, bem como em conformidade com procedimentos técnicos culinários e higiênicos preconizados para serviços de alimentação;
- 5.1.4.14. Manter um estoque suficiente para repor os itens vendidos, de modo a evitar a falta de produtos e reclamações dos usuários;
- 5.1.4.15. Disponibilizar uma caixa registradora ou outro dispositivo que atenda às normas da legislação vigente e manter numerário suficiente para dar troco;
- 5.1.4.16. Custear e comprovar mensalmente a quitação da parcela do Contrato perante a Contratante;
- 5.1.4.17. Emitir alvará(s) junto aos órgãos competentes, viabilizando o pleno funcionamento dos serviços de lanchonete.
- 5.1.5. Previamente ao início da execução, a fiscalização do contrato convocará a contratada para a reunião de implantação, a fim de ajustar as obrigações contratuais, estratégias para execução do objeto, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, método de aferição dos resultados e sanções aplicáveis, registrando os assuntos em ata.
- 5.1.6. Caso ocorram divergências entre a descrição do item cadastrado no sistema eletrônico em relação ao exposto no presente, prevalecerão a descrição, quantitativos e valores mencionados neste Termo de Referência.
- 5.1.7. A utilização do espaço público é limitada exclusivamente para fins de prestação de serviços de cafeteria/lanchonete, não tendo o contratado a liberdade de escolha para atividade comercial distinta. Além disso, o atendimento ao público é condicionado ao funcionamento da instituição, especificamente de segunda a sexta-feira, não considerando domingos e feriados, respeitado o disposto no item 5.1.4.2 do presente.

5.2. Local de prestação dos serviços:

- 5.2.1. O espaço físico a ser utilizado para instalação da cantina/lanchonete contempla área total de 25m² e localiza-se no edifício da sede do Poder Legislativo de Itajaí, localizada à Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3.825, Ressacada, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.
- 5.2.2. A planta baixa do espaço físico consta no Apêndice II do presente.
- 5.2.3. O público interno e externo da Câmara de Vereadores de Itajaí, conta com a seguinte formação:
 - 5.2.3.1. 223 cargos efetivos, eletivos (vereadores), comissionados e terceirizados;
 - 5.2.3.2. 300 (média) de visitas a gabinetes e participação em sessões;
 - 5.2.3.3. 150 (média) de atendimentos no Balcão da Cidadania.

5.3. Consumo/pagamento de energia elétrica e água/esgoto



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



5.3.1. Com relação ao consumo e medição de energia elétrica, bem como água e esgoto, considerando que a instalação da cafeteria/lanchonete está localizada dentro do prédio sede da Câmara de Vereadores, e que esse espaço não possui acesso direto à área externa, mas apenas pelo átrio da CVI, impossibilitando a instalação de medidores individualizados com as devidas matrículas, pelas empresas responsáveis pelo fornecimento desses serviços (CELESC e SEMASA), a medição do consumo desses serviços se dará da seguinte forma:

- a) A Câmara instalará um medidor (relógio de consumo) para água e um para a energia.
- b) Mensalmente o fiscal do contrato fará a leitura desses medidores, anotando em uma planilha própria e fará a multiplicação do consumo devidamente lido e registrado, pelo valor cobrado, no m³ no caso da água e kW/h no caso da energia elétrica, na fatura da CVI.
- c) Essa diferença será passada ao contratado, através de ofício ou *e-mail* do fiscal do contrato que deverá ser somado ao valor do aluguel, para pagamento único.

5.4. Especificidades da contratação:

5.4.1. Os serviços objeto da presente contratação serão prestados mediante utilização de espaço público a título precário e oneroso.

5.4.2. A contratada pagará à Administração, a título de indenização pecuniária pelo uso da área mencionada no subitem 5.2.1, o valor mensal de **R\$ 781,25 (setecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos) mais o valor pelo consumo da energia elétrica e da água/esgoto, conforme item 5.3.1.**

5.4.2.1. A Administração fornecerá desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor fixado do aluguel da área cedida, nos meses de recesso (janeiro, julho e dezembro), conforme indicado no item 7.6. e 7.7. do Estudo Técnico Preliminar – ETP, Apêndice I do presente.

5.4.2.2. Os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se:

- a) Para itens da “cesta básica de produtos”: Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA;
- b) Para o valor do aluguel: Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M.

5.4.2.3. O pagamento mensal da indenização pecuniária pela uso do espaço se dará a partir da assinatura do contrato, devendo ser efetuado, independente de notificação, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM ou outro que venha substituir, expedida pelo município de Itajaí, até o 10º dia subsequente, devendo a concessionária, apresentar guia de recolhimento e comprovante de quitação à fiscalização contratual.

5.4.3. **O ACESSO À INTERNET** dentro das limitações do espaço objeto deste termo deverá ser contratado de forma INDIVIDUAL e INDEPENDENTE, e às suas expensas, da infraestrutura dos serviços desta Instituição.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



5.4.4. A manutenção e conservação diária das instalações, tais como: higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, mesas e equipamentos e de todas as dependências, objeto do presente, é de inteira responsabilidade da empresa Contratada.

5.4.5. Ainda, a Contratada será responsável pela guarda e segurança da área objeto deste termo, isentando a Câmara de Vereadores de Itajaí de qualquer responsabilidade em caso de sinistros e roubos.

5.5. Materiais a serem fornecidos pela empresa contratada:

5.5.1. Para a perfeita execução dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar para uso os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1.1. De utensílios de cozinha necessários à preparação e distribuição dos alimentos, tais como: panelas, travessas, pratos, talheres, copos, xícaras, guardanapos, paliteiros e outros necessários ao perfeito funcionamento dos serviços.

5.5.1.2. Mobiliários necessários para o bom atendimento ao público, como mesas e cadeiras, banquetas, máquinas de café e outros.

5.5.1.3. Equipamentos como máquinas de café expresso, sanduicheira elétrica, liquidificador e demais equipamentos necessários à execução do contrato.

5.5.1.4. A relação de equipamentos e mobiliários a serem considerados na execução contratual, que já se encontram instalados e à disposição, é a constante no item 5.4 do Estudo Técnico Preliminar – ETP

5.5.1.5. Abaixo segue lista sugestiva adequada à quantidade de fluxo, para atender a demanda:

Item	Nome	Quantidade
01	Conjunto de mesa: 01 mesa e 04 assentos/cadeiras	02 unidades
02	Banquetas para balcão	04 unidades
03	Liquidificador	01 unidade
04	Espremedor de frutas	01 unidade
05	Porta-guardanapos	10 unidades
06	Talheres de aço (garfos, facas, colheres de sobremesa, colheres de sopa e colheres de café/chá)	24 unidades de cada
07	Xícaras de café e de chá de louça ou vidro, com pires	24 unidades de cada
08	Materiais de higiene e limpeza	Conforme demanda
09	Máquina de café	01 unidade
10	Lixeira grande com tampa e pedal	2 unidades
11	Luvas descartáveis	Conforme demanda



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



12	Toucas descartáveis	Conforme demanda
13	Máquina para pagamento por meio eletrônico	01 unidade
14	Caixa registradora	01 unidade

5.6. Prazo de execução:

5.6.1. O prazo de execução do objeto do contrato será de **02 (dois) anos**, com possibilidade de prorrogação por interesse das partes, limitada a **10 (dez) anos**, conforme definido no artigo 1º da Resolução nº 565/2015.

6. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Gestão e fiscalização

- 6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.1.2. Em caso de impedimento ou suspensão do contrato, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.1.3. As comunicações entre a Câmara e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.1.4. A Câmara de Vereadores de Itajaí poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme o que determina a Lei nº 14.133/2021, no *caput* do seu artigo 117. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 6.1.6. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme o que dispõe o artigo 117, §1º da Lei nº 14.133/2021.
- 6.1.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.1.8. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 6.1.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.1.10. O fiscal comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.1.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.1.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos contratuais.
- 6.1.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.1.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.1.15. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.1.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Câmara de Vereadores de Itajaí.

6.2. Recebimento do objeto

- 6.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 6.2.1.1. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 6.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.
- 6.2.2.1. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados,



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.2.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.2.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de compo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.2.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no presente e na proposta, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.2.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise, e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.2.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.2.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.2.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

6.2.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

6.2.4.4. Enviar documentação pertinente à Diretoria de Licitações, Contratos e Compras, para a formalização dos procedimentos necessários.

6.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização a regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

7.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, através do Sistema de Registro de Preços com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**.

7.2. Exigências de habilitação

7.2.1. Para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar ser uma empresa do ramo de serviços de cafeteria/lanchonete, para prestação e venda de alimentos.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.3. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;

7.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 7.2.9. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;
- 7.2.10. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.2.11. **Prova de regularidade como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- 7.2.12. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- 7.2.13. **Prova de regularidade com a Fazenda (Estadual/Distrital) e (Municipal/Distrital) do domicílio ou sede do fornecedor**, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.2.13.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Estadual/Distrital) ou (Municipal/Distrital) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 7.2.14. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme Lei nº 14.133/2021, artigo 69, caput, inciso II;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.2.15. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a 01 (um) ano, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 7.2.15.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 7.2.15.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- 7.2.15.3. Para comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano, será aceito o somatório de atestado de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o ano ser ininterrupto;
- 7.2.15.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Câmara de Vereadores de Itajaí, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- 7.2.16. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme indicado no anexo do Edital, ou Declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Câmara de Vereadores de Itajaí, conforme anexo do Edital.

PARA COOPERATIVAS

- 7.2.17. A relação de cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que execução o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º e 6º da Lei nº 5.764/1971.
- 7.2.18. A declaração de regularidade de situação de contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
- 7.2.19. O registro previsto no artigo 107 da Lei nº 5.764/1971.
- 7.2.20. Os seguintes documentos para comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata de assembleia que a aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- 7.2.21. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme disposição do artigo 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

- 7.3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

- 7.4. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no presente.

8. ESTIMATIVA DE VALORES E VALOR REFERENCIAL

- 8.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde à **R\$ 85,12 (oitenta e cinco reais e doze centavos)**, conforme tabela de “cesta básica de produtos a serem oferecidos”, abaixo demonstrada:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



	Item	Descrição resumida	Unidade	Qtde.	Valor Unitário Estimado
Grupo 01	01	Água sem gás, embalagem com 500ml	un.	01	R\$ 3,25
	02	Água com gás, embalagem com 500ml	un.	01	R\$ 3,38
	03	Café com leite, 180ml	un.	01	R\$ 7,37
	04	Café preto, 180ml	un.	01	R\$ 7,12
	05	Chá, diversos sabores, 180ml	un.	01	R\$ 5,69
	06	Sucos naturais, 180ml	un.	01	R\$ 8,00
	07	Bolo simples, fatia de no mínimo 100g	un.	01	R\$ 8,65
	08	Pão de queijo, com no mínimo 80g	un.	01	R\$ 4,77
	09	Pastel assado – massa assada com recheio, à base de frango ou carne bovina (mínimo 70g de recheio)	un.	01	R\$ 9,65
	10	Sanduiche integral de frango – pão integral (50g), recheio a base de carne de frango desfiado (mínimo 40g de frango), cenoura ralada (5g) e alface (15g)	un.	01	R\$ 14,75
	11	Salada de frutas, embalagem com 180ml, com no mínimo 04 frutas	un.	01	R\$ 12,50

8.2. Os valores indicados no item anterior, foram estabelecidos com base na média aritmética de 04 (quatro) cotações de preços de empresas do ramo do objeto, e estão devidamente arquivados no departamento de compras da CVI.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1. O presente documento tem por objeto concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a seleção de solução, mensurando os riscos, determinando as estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração de Termo de Referência e, bem como, definir um plano de sustentação para a solução da demanda, uma vez que o edifício sede do Poder Legislativo Municipal possui espaço físico para instalação de uma cafeteria/lanchonete, a ser operacionalizada por empresa do ramo através de concessão onerosa de patrimônio público.
- 1.2. O estudo aqui apresentado, recai sobre a realização de contratação de empresa do ramo alimentício para ocupar um espaço físico através de concessão onerosa de patrimônio público, identificando e analisando os cenários para atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.
- 1.3. A empresa selecionada deverá seguir as disposições da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações e fornecer alimentos de boa qualidade a preços acessíveis para servidores, empregados de empresas terceirizadas que prestam serviço de apoio, vereadores, outras autoridades e público em geral que frequentam a sede do Poder Legislativo Municipal.
- 1.4. Referida contratação, objeto do presente, é necessária para proporcionar melhoria no ambiente de trabalho, nas dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí - CVI, permitindo ao público interno e externo, melhores condições de conforto, dotando de um local seguro e apropriado para oferecer lanches e refeições de qualidade. Além disso, a lanchonete tem um papel essencial na garantia de que o seu público não precise se deslocar para lugares externos para adquirir alimentos, o que facilita o controle de entrada e saída bem como minimiza os riscos decorrentes de deslocamentos dos servidores e público que frequentam.
- 1.5. Salienta-se que a CVI realizada periodicamente, sessões ordinárias e extraordinárias, bem como sessões solenes, especiais, audiências públicas e demais eventos sociais, que, muitas vezes, ultrapassam o seu horário de funcionamento, bem como de comércio próximos.
- 1.6. A outorga do imóvel não tem como objetivo a obtenção de receita, mas sim a realização da função social da instituição e a expectativa de atender a demanda por alimentos a preços acessíveis e de boa qualidade a todos os usuários do espaço, com a instalação de cafeteria/lanchonete.
- 1.7. A contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições e lanches dentro da Câmara de Vereadores de Itajaí, por meio de cessão de uso do imóvel, não onera o orçamento do órgão e permite auxiliar efetivamente na oferta de um serviço de qualidade, a preços compatíveis com o mercado, atendendo o interesse público e a demanda por alimentação a preços acessíveis e de boa qualidade de todos que frequentam a sede do Poder Legislativo Municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 1.8.** A cessão onerosa justifica-se porque a exploração comercial desses serviços assim exige e, além disso, o desconto no aluguel é concedido porque a Administração não pretende lucrar com a cessão do espaço, mas sim atender a uma necessidade básica da alimentação para seus servidores e público em geral. A Câmara de Vereadores de Itajaí está localizada em uma região com poucos estabelecimentos comerciais do ramo de alimentação, também justificando o desconto de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor de um aluguel comercial, na localidade, para tornar a licitação mais equilibrada e atrair empresas interessadas.
- 1.9.** Ao definir o valor do objeto deste ETP, para uso do espaço físico da cafeteria/lanchonete, é importante considerar vários fatores, incluindo a metragem do espaço, as condições do mercado, a inflação, a localização e as necessidades da Contratante.
- 1.10.** No caso em específico, foi considerada a área de 25m² (vinte e cinco metros quadrados) e o valor médio de locação da região varia entre R\$ 100,00 (cem reais) e R\$ 150,00 (cento e cinquenta) reais o metro quadrado (m²). Desta forma, vamos considerar como valor médio R\$ 125,00 (cento e vinte reais) por metro quadrado (m²).
- 1.11.** Para o levantamento dos valores, foi considerado, para evitar um valor fora dos padrões de mercado, a localização do imóvel em local afastado da zona comercial da cidade, o que pode gerar desinteresse por parte das empresas em explorar o espaço cedido, além da baixa circulação de pessoas diariamente pelo local, a não abertura aos finais de semana e feriado e ainda o fechamento durante o período de recesso legislativo e administrativo que ocorre ao final de cada ano. Nesse sentido, é fundamental aplicar um desconto suficiente para cobrir os gastos e despesas e, ainda, gerar lucro ao futuro Contratado.
- 1.12.** A Administração da CVI tem interesse em ter a cafeteria/lanchonete funcionando para atender necessidade básica de alimentação para seus servidores, empregados de empresas terceirizadas que prestam serviço de apoio, vereadores, outras autoridades e público em geral que frequentam a sede do Poder Legislativo Municipal, sem a intenção de lucrar com a cessão de espaço.
- 1.13.** Para tornar a licitação mais atraente para as empresas do mercado e atender às necessidades da Administração, foi necessário aplicar um desconto de valores, levando em conta a metragem do espaço e ressaltando que o Contratado precisará arcar inicialmente com as despesas de estrutura e infraestrutura para que possa utilizar o espaço da cafeteria/lanchonete, como aquisição de alguns mobiliários (mesas e cadeiras), utensílios e etc.
- 1.14.** Mesmo considerando essas despesas, o valor final com o desconto aplicado ainda é justo para ambas as partes, com desconto suficiente para atrair empresas do mercado e atender às necessidades da administração.
- 1.15.** Para isso, consideramos os seguintes dados:
- 1.15.1.** Metragem: 25m²;
- 1.15.2.** Valor orçado por metro quadrado: R\$ 125,00;
- 1.15.3.** Aplicação do desconto de 75% sobre o valor orçado;
- 1.16.** Valor a ser cobrado (mensal):
- 1.16.1.** Metragem do imóvel multiplicado pelo valor orçado por metro quadrado: 25m² x R\$ 125,00/m² = R\$ 3.125,00;
- 1.16.2.** Aplicação do desconto de 75%: R\$ 3.125,00 x 25% = R\$ 781,25.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



1.17. O valor utilizado como parâmetro para alcançar os R\$ 781,25, possui orçamentos atualizados junto ao departamento de compras da CVI, no qual consta um levantamento de imóveis comerciais que subsidiaram a noção de precificação do espaço a ser utilizado. Nesse sentido, o valor atual é resultado de uma média de orçamentos e aplicação de desconto, conforme explicitado acima.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A Câmara de Vereadores de Itajaí ainda não possui Plano de Contratação Anual, desta forma, não há previsão para a presente contratação.

2.2. Até o presente momento as contratações eram previstas diretamente no planejamento contábil/financeiro, e com a edição da Nova Lei de Licitações, a Câmara de Vereadores de Itajaí está criando o Plano de Contratação Anual para que essa e outras contratações sejam previstas no próximo exercício financeiro, nos moldes exigidos pela lei.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os itens necessários ao atendimento da demanda devem atender aos requisitos mínimos dispostos, de acordo com as exigências do termo de referência em quantidades e prazos estabelecidos, bem como ao seguinte:

3.1.1. A execução do objeto deve às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes, em especial as seguintes:

3.1.2. Locação de imóveis urbanos, Lei nº 8.245/1991;

3.1.3. Proteção do consumidor, Lei nº 8.078/1990;

3.1.4. Inspeção sanitária de alimentos, boas práticas de produção e de prestação de serviços na área de alimentos, e padrão de identidade e qualidade dos serviços e produtos na área de alimentos, Portaria nº 1.428/1993 do Ministério da Saúde;

3.1.5. Boas práticas para serviços de alimentação (Resolução nº 216/2004, ANVISA);

3.1.6. Procedimentos higiênicos-sanitários para manipulação de alimentos e bebidas preparadas com vegetais (Resolução nº 218/2005, ANVISA);

3.1.7. Pacto Nacional para Alimentação Saudável (Decreto nº 8.553/2015);

3.1.8. Normas do Inmetro relativas aos serviços de industrialização e preparação de alimentos;

3.1.9. Resolução Municipal nº 565, de 03 de julho de 2015;

3.1.10. A empresa contratada deve possuir todas as licenças de autorizações necessárias para operar o negócio, conforme exigido pelas leis e regulamentos locais e nacionais.

3.1.11. Além dos requisitos de qualidade e sustentabilidade, a proposta da empresa deve apresentar um preço competitivo e justo, considerando o mercado e a qualidade do serviço oferecido.

3.1.12. A empresa contratada deve oferecer garantia de qualidade e suporte técnico em caso de problemas ou reclamações relacionadas aos alimentos oferecidos.

3.1.13. Os materiais devem ter identificação de fácil verificação das especificações aceitas na licitação, bem como, serem acondicionadas em embalagens que garantam a sua cabal integridade.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 3.1.14.** A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos alimentos comercializados.
- 3.2.** A contratação prevê que a empresa escolhida ofereça aos seus clientes uma variedade de produtos com preços estabelecidos. A empresa que oferecer o maior desconto sobre esses produtos será a vencedora da licitação. A cesta mínima de produtos sugerida deve conter os seguintes itens:
- 3.2.1.** Água com gás, embalagem com 500ml.
 - 3.2.2.** Água sem gás, embalagem com 500ml;
 - 3.2.3.** Café preto, 180ml;
 - 3.2.4.** Café com leite, 180ml;
 - 3.2.5.** Chá, diversos sabores, 180ml;
 - 3.2.6.** Sucos naturais, 180ml;
 - 3.2.7.** Bolo simples, fatia de no mínimo 100g;
 - 3.2.8.** Pão de queijo, com no mínimo 80g;
 - 3.2.9.** Pastel assado, massa assada com recheio à base de carne de frango ou carne bovina (mínimo 70g de recheio);
 - 3.2.10.** Sanduíche integral de frango, composto de: pão integral (50g), recheio à base de carne de frango desfiado (mínimo 40g de frango), cenoura ralada (5g) e alface (15g);
 - 3.2.11.** Salada de frutas, embalagem de 180ml, com no mínimo 04 (quatro) frutas
- 3.3.** Além do cardápio mínimo indicado no item anterior, sugere-se que a Contratada ofereça diariamente:
- 3.3.1.** Almoço no sistema “prato feito” (refeição balanceada, variada e saladas);
 - 3.3.2.** Salgados assados, lanches prontos, tortas, sucos e refrigerantes;
 - 3.3.3.** Alimentos e bebidas para celíacos, diabéticos e intolerantes à lactose.
- 3.4.** Além do cardápio mínimo e o sugerido no item anterior, pode-se servir alimentos fritos, desde que a fritura não ocorra dentro das instalações da Câmara de Vereadores de Itajaí, devido às condições que se apresenta a cafeteria/lanchonete (aberta), impedindo assim que o cheiro exale por todo o edifício.
- 3.5.** Esta contratação é de caráter continuado e tem como objetivo oferecer serviços de lanchonete em um espaço público concedido. O prazo previsto para esta contratação será de **02 (dois) anos**, com possibilidade de prorrogação por interesse das partes, limitada a **10 (dez) anos**, conforme legislação aplicável.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 4.1.** A investigação sobre a melhor solução, teve como condão identificar as melhores práticas adotadas pelo mercado nas contratações públicas, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo o uso racional dos recursos públicos.
- 4.2.** Foram analisadas contratações similares feitas por órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Assim, em pesquisa sobre o panorama do mercado, observou-se que, em matéria de soluções, objeto do presente ETP, não se



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



observou maiores variações quanto à sua execução, no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.

- 4.3.** Sendo assim, o objeto do presente ETP se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Verifica-se, ainda, a ampla disponibilidade de empresas aptas, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.
- 4.4.** Na contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face do serviço.
- 4.5.** Observou-se durante o estudo, existirem duas soluções disponíveis para a contratação do referido serviço: a primeira seria uma licitação do tipo “maior preço”, em que a empresa que sagrar-se-ia vencedora seria aquela que oferecesse o maior valor mensal pelo uso do espaço; já a segunda seria uma licitação do tipo “menor preço ou maior desconto” de itens/grupo, em que a empresa que sagrar-se-ia vencedora seria a que oferecesse o menor valor para itens/grupos.
- 4.6.** No entanto, após análise do contexto geral da necessidade, foi identificada apenas uma forma de contratação do serviço, tal seja através de uma empresa especializada na prestação de serviços contínuos de cafeteria/lanchonete, mediante cessão onerosa de espaço físico, sendo, para tanto, para enquadramento legal, estabeleceu-se a participação exclusiva para ME/EPP ou equiparadas.
- 4.7.** A licitação será do tipo MAIOR DESCONTO, modalidade de licitação em que os licitantes oferecem um percentual de desconto sobre o valor total dos preços médios dos itens da tabela do objeto licitado. O licitante que oferecer o maior desconto sobre o valor total dos preços estabelecidos é dado como vencedor da licitação.
- 4.8.** Nesse tipo de licitação, é importante lembrar que o desconto ofertado pelo licitante valerá para todos os itens da tabela e não é possível dividir o objeto entre mais de um fornecedor devido o método contratação para uso de espaço público. Além disso, a licitação pode ser dividida em um ou mais lotes, dependendo da natureza do objeto e das especificidades da contratação.
- 4.9.** O objetivo principal dessa modalidade de licitação é garantir a contratação de fornecedor que oferecer o maior desconto sobre o valor total dos preços dos itens licitados, contribuindo para a eficiência e a economia da Administração Pública, em que os licitantes oferecerão um percentual de desconto sobre os preços médios dos itens da tabela “CESTA BÁSICA DE PRODUTOS”, calculados a partir da pesquisa de mercado com três estabelecimentos. O desconto ofertado pela licitante valerá para todos os itens da tabela, e, devido ao uso de espaço público, não é possível dividir o objeto entre mais de um fornecedor. Os preços estimados foram obtidos por meio da média de pesquisa de preços, contato com imobiliária e lanchonetes locais.
- 4.10.** A licitação será dividida em um único lote, contendo 11 (onze) itens, sendo que as quantidades expressas por item não correspondem à demanda real e servem apenas para registro de preço unitário no sistema SIASNET (Compras.gov.br), plataforma utilizada pela CVI, para realização das sessões públicas. Essa peculiaridade do objeto do presente, justifica o formato em lote único, pois trata-se de contratação não de itens específicos, mas de empresa que apresentar a melhor



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



proposta par ao lote de itens, sendo selecionada para a prestação dos serviços de cafeteria/lanchonete.

- 4.11. Desta forma, podemos concluir que a referente solução proposta neste estudo é atual, pertinente ao problema apresentado, repetidamente testada e aprovada no âmbito público.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- 5.1. Referido item não é aplicável, uma vez que se trata de uso de espaço físico. No entanto, a prestação de serviços de cafeteria/lanchonete é fundamental para atender o público interno (cargos efetivos, comissionados e terceirizados) e vereadores, totalizando 223 (duzentos e vinte e três), bem como, autoridades e público externo que frequentam a sede do Poder Legislativo Municipal, no quantitativo médio de 300 (trezentas) pessoas por dia, bem como média de 150 (cento e cinquenta) atendimentos no Balcão da Cidadania, totalizando cerca de 673 (seiscentas e setenta e três) de pessoas, diariamente nos 02 (dois) turnos de funcionamento (matutino e vespertino).
- 5.2. Destaca-se que as quantidades expressas no presente não correspondem à demanda real, e serão estabelecidas pela empresa contratada de acordo com a demanda da CVI, com o objetivo de atender satisfatoriamente o público acima referenciado.
- 5.3. Salienta-se que a empresa deve disponibilizar os materiais e ferramentas para o perfeito funcionamento da lanchonete, incluindo utensílios de cozinha, mobiliários e equipamentos como máquinas de café expresso, sanduicheira elétrica e outros que a empresa entender necessários, para a cabal prestação dos serviços objeto do presente.
- 5.4. O local disponibilizado dispõe dos seguintes equipamentos e mobiliários:

5.4.1. Equipamentos:

- 5.4.2. Vitrine quente/fria 2 placas frias com 09 (nove) bandejas em aço inox;
5.4.3. Balcão de serviço refrigerado;
5.4.4. Forno convector elétrico, com 04 (quatro) assadeiras;
5.4.5. Refrigerador/Expositor, com capacidade de 480 latas de 350ml;
5.4.6. Micro-ondas;
5.4.7. Geladeira/Refrigerador Frost Free Duplex.

5.4.8. Mobiliário (conforme anexo):

- 5.4.9. Móvel estufa;
5.4.10. Painele pilar;
5.4.11. Móvel bancada;
5.4.12. Móvel pia;
5.4.13. Móvel freezer;
5.4.14. Porta "saloon"

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 6.1. A contratação objeto do presente tem como natureza a serviço comum, entendido como aquele cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme o que dispõe o inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2. Entre as soluções disponíveis no mercado, a melhor opção é a contratação de empresa visando a exploração comercial de serviços de cafeteria/lanchonete, mediante uso de espaço físico localizado nas dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 6.3. A Administração optou por uma solução que visa oferecer serviços de alimentação à preços módicos e compatíveis com o de mercado, sem a intenção de auferir lucros com a exploração do espaço, escolhendo como melhor opção de julgamento o maior desconto no valor do grupo de itens, criando uma lista de lanches/refeições básicas, chamada “CESTA BÁSICA DE PRODUTOS”.
- 6.4. Além disso, a empresa contratada deverá providenciar autorização pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade, bem como a utilização de mão de obra e equipamentos adequados ao ambiente, refletindo nos resultados produtivos e na melhoria constante do atendimento prestado à sociedade.
- 6.5. A empresa deve ter ciência que a contratação de serviços de mão de obra não pode impactar em custos com contratação, treinamento e administração, como se pertencentes ao quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Itajaí. Os padrões descritos no presente, que contam com especificações usuais de mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa de resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados. Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para prestação dos serviços possibilitam obtenção de preço compatível com a finalidade estabelecida.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O item em questão não se aplica ao presente, haja vista tratar-se de uso de espaço físico. No entanto, a Administração terá receita sobre a exploração do espaço.
- 7.2. Em resumo, o valor pela utilização para o espaço de cafeteria/lanchonete é de **R\$ 781,25 (setecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, levando-se em conta a metragem do espaço e o valor médio de aluguel comercial por metro quadrado na região e desconto aplicado.

7.2.1. Com relação ao consumo e medição de energia elétrica, bem como água e esgoto, considerando que a instalação da cafeteria/lanchonete está localizada dentro do prédio sede da Câmara de Vereadores, e que esse espaço não possui acesso direto à área externa, mas apenas pelo átrio da CVI, impossibilitando a instalação de medidores individualizados com as devidas matrículas, pelas empresas responsáveis pelo fornecimento desses serviços (Celesc e Semasa), a medição do consumo desses serviços se dará da seguinte forma:

- d) A Câmara instalará um medidor (relógio de consumo) para água e um para a energia. Mensalmente o fiscal do contrato fará a leitura desses medidores, anotando em uma planilha própria e fará a multiplicação do consumo devidamente lido e registrado, pelo valor cobrado, no m³ no caso da água e kW/h no caso da energia elétrica, na fatura da CVI.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



Essa diferença será passada ao contratado, através de ofício ou e-mail do fiscal do contrato que deverá ser somado ao valor do aluguel, para pagamento único

- 7.3.** O valor de **R\$ 85,12 (oitenta e cinco reais e doze centavos)**, foi estabelecido com base na média aritmética de 04 (quatro) cotações de preços de empresas do ramo do objeto, para a “cesta básica de produtos”. No entanto, não foi possível viabilizar a pesquisa de mercado através do “Painel de Preços” e contratações similares de outros entes públicos, em razão das peculiaridades e especificidades do objeto em tela, tanto em relação ao valor dos produtos da região, quanto em relação às limitações comerciais da área a ser cedida.
- 7.4.** Já com relação à “cesta básica de produtos”, o espaço objeto do presente estudo técnico contempla uma área livre de 25m² (projeto anexo), localizado à Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825, Ressacada, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, mais especificamente em seu piso térreo, atendendo prioritariamente ao público aproximado de 673 (seiscentos e setenta e três) de pessoas, incluindo servidores (efetivos, comissionados e terceirizados), vereadores, autoridades e população que frequenta a Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 7.5.** A O uso do espaço público é limitada exclusivamente para fins de prestação de serviços de cafeteria/lanchonete, não tendo o Contratado a liberdade de escolha para atividade comercial diversa. Além disso, o atendimento ao público é condicionado ao funcionamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, especificamente de segunda a sexta-feira, bem como conta com 02 (dois) tipos de recessos distintos, nas seguintes condições:
- 7.5.1.** No mês de julho e janeiro, recesso parlamentar, onde não ocorrem sessões ordinárias;
- 7.5.2.** No mês de janeiro e dezembro, normalmente entre os dias 20/12 e 03/01, onde não há qualquer atividade laborativa dos servidores (efetivos e comissionados), maioria dos terceirizados e não atendimento à público externo.
- 7.6.** Nos meses de recesso (janeiro, julho e dezembro), a Administração fornecerá desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor fixado do aluguel da área cedida. Entre o período estimado de recesso de todos os serviços da CVI, tal seja de 20/12 e 03/01, a ser confirmado a cada ano, não será permitido que a cafeteria/lanchonete permaneça aberta para exploração das atividades comerciais.
- 7.7.** Os preços contratados sofrerão reajustes após o interregno mínimo de 01 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para os itens de cesta mínima de produtos e o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) para o valor do uso do espaço público.
- 7.8.** Por fim, a contratação prevê que a empresa que sagrar-se vencedora do certame licitatório, além de pagar o valor correspondente à utilização de espaço público, ofereça aos seus clientes variedade de produtos com preços já estabelecidos. A empresa que oferecer o maior desconto sobre o valor orçado dos produtos será a vencedora da licitação.
- 7.9.** Os produtos com preços tabelados estão listados no quadro abaixo, com seus respectivos valores estimados:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



Item	Descrição resumida	Unidade	Quantidade	Valor Estimado Unitário
01	Água sem gás, embalagem com 500ml	unidade	01	R\$ 3,25
02	Água com gás, embalagem com 500ml	unidade	01	R\$ 3,38
03	Café com leite, 180ml	unidade	01	R\$ 7,37
04	Café preto, 180ml	unidade	01	R\$ 7,12
05	Chá, diversos sabores, 180ml	unidade	01	R\$ 5,69
06	Sucos naturais, 180ml	unidade	01	R\$ 8,00
07	Bolo simples, fatia de no mínimo 100g	unidade	01	R\$ 8,65
08	Pão de queijo, com no mínimo 80g	unidade	01	R\$ 4,77
09	Pastel assado – massa assada com recheio à base de carne de frango ou carne bovina (mínimo 70g de recheio)	unidade	01	R\$ 9,65
10	Sanduíche integral de frango – pão integral (50g), recheio à base de carne de frango desfiado (mínimo 40g de frango), cenoura ralada (5g) e alface (15g)	unidade	01	R\$ 14,75
11	Salada de frutas, embalagem com 180g, com no mínimo 4 frutas	unidade	01	R\$ 12,50

7.10. A soma do valor máximo estimado que servirá para fins de julgamento e de tabela fixa de valores a ser cobrado para os referidos produtos e de proposta de preços é de **R\$ 85,12 (oitenta e cinco reais e doze centavos)**.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

- 8.1.** Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea “b”, inciso V, do artigo 40 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- 8.2.** Porém, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação deve buscar a eficiência nas contratações públicas, visando a obtenção da melhor proposta para a administração, levando em consideração, entre outros aspectos, a economia processual e a celeridade nos procedimentos licitatórios.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 8.3.** Nesses termos, o objeto licitado forma um conjunto unitário, resguardada as suas especificidades. Ademais, a prestação de serviço em comento, devido o uso de espaço público, inviabiliza a divisão do objeto.
- 8.4.** A peculiaridade do objeto justifica o formato em lote único, pois trata-se de contratação não dos itens especificados, mas de empresa que apresentar a melhor proposta para o lote de itens, sendo selecionada para a prestação dos serviços de cafeteria/lanchonete. Será adotada adjudicação por preço global de grupo de itens, o que é indispensável para a modelagem contratual, seleção e contratação da empresa que apresentar o maior desconto para o grupo de itens. Não se aplica outra forma de seleção para esse caso.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 9.1.** Espera-se com a presente contratação atendimento à comunidade que labora e frequenta a Câmara de Vereadores de Itajaí, por meio de oferta de alimentos de qualidade, seguindo padrões de alimentação saudável, atendendo às normas ambientais e sanitárias, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bom andamento das atividades laborais e bem-estar.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO

- 10.1.** A presente contratação requer por parte da área Contratante o gerenciamento do contrato resultante do processamento do presente, assim como acompanhamento na execução contratual através de profissional qualificado para analisar, julgar e receber os materiais solicitados, de forma a verificar se todas as especificações técnicas e exigências foram cumpridas.
- 10.2.** Demais providências a serem adotadas no processo licitatório estão descritas nos documentos norteadores da referida contratação e legislação correlata.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

- 11.1.** Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da presente contratação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

- 12.1.** Impactos ambientais são as alterações causadas pelas ações humanas, podendo ser classificadas como positivas ou negativas. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias para o meio ambiente.
- 12.2.** Com o presente estudo, conclui-se que o consumo consciente de recursos e a destinação adequada de resíduos são práticas fundamentais em qualquer estabelecimento, especialmente em locais que servem refeições como cafeteria, cantinas, lanchonetes e refeitórios. Assim como o uso de energia elétrica destina-se à iluminação e aos equipamentos em geral, e medidas simples podem ser



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



adotadas para reduzir os custos, como desligar os equipamentos eletrônicos após o uso e promover campanhas educativas sobre o consumo consciente de energia.

12.3. O lançamento adequado dos efluentes é crucial, e, no caso desses estabelecimentos, adotar caixas de óleo e gordura, pode evitar obstruções nas tubulações e odores desagradáveis. O consumo de água deve ser estimulado conscientemente, pois é usada na higienização, preparo dos alimentos, limpeza e uso pessoal. A coleta seletiva de resíduos é uma prática importante que deve ser adotada, e é necessário educar e conscientizar os funcionários e usuários sobre o tema. Campanhas de educação ambiental podem ser realizadas com palestras, treinamentos e recursos visuais para incentivar o consumo consciente de recursos e reduzir o desperdício de alimentos.

12.4. Além disso, na cafeteria/lanchonete, os resíduos orgânicos podem ser separados para compostagem, e o óleo de cozinha utilizado não deve ser lançado na rede coletora de esgoto, mas sim separado para coleta seletiva. É importante que a empresa que sagrar-se vencedora providencie a separação dos resíduos recicláveis e a devida coleta seletiva dos mesmos. Todas essas práticas são fundamentais para a preservação do meio ambiente e para a sustentabilidade da Câmara de Vereadores de Itajaí.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Diante das justificativas expostas no presente estudo, verifica-se a necessidade da contratação do objeto, não havendo inviabilidade técnica, legal ou de natureza institucional para a contratação pretendida.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2025

ANEXO II – MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento autorizo participação no **Pregão Eletrônico nº 09/2025, Processo Licitatório nº 19/2025**, representando a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ por intermédio do seu procurador _____ (nome), inscrito no CPF sob o nº _____, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Localidade, data, mês e ano.

NOME

Cargo

Nome da empresa

(ASSINATURA ELETRÔNICA)

Observações:

- 1) emitir preferencialmente em papel timbrado da licitante;**
- 2) assinatura eletrônica nos termos do que dispõe a Lei nº 14.063/2020.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2025

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

Razão Social: _____

CNPJ: _____ E-mail: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Objeto: contratação de empresa especializada na exploração comercial de serviços de cafeteria/lanchonete nas dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí, mediante concessão de uso de espaço físico, conforme quantitativo, condições e exigências estabelecidas no termo de referência.

Item	Qtd.	Und.	Descrição resumida	Valor Unitário	Valor Total
01	01	unidade	Água sem gás, embalagem com 500ml		
02	01	unidade	Água com gás, embalagem com 500ml		
03	01	unidade	Café com leite, 180ml		
04	01	unidade	Café preto, 180ml		
05	01	unidade	Chá, diversos sabores, 180ml		
06	01	unidade	Sucos naturais, 180ml		
07	01	unidade	Bolo simples, fatia de no mínimo 100g		
08	01	unidade	Pão de queijo, com no mínimo 80g		
09	01	unidade	Pastel assado – massa assada com recheio à base de carne de frango ou carne bovina (mínimo 70g de recheio)		
10	01	unidade	Sanduíche integral de frango – pão integral (50g), recheio a base de carne de frango desfiado (mínimo 40g de frango), cenoura ralada (5g) e alface (15g)		
11	01	unidade	Salada de frutas, embalagem com 180g, com no mínimo 04 frutas		
Valor total Global					

1. Valor TOTAL: R\$ _____ (descrever valor por extenso).



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



Obs.: Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

2. Prazo de execução: conforme descrito no Item 5.6 do Anexo I – Termo de Referência do Edital.

4. Prazo de validade da proposta de preços: _____ (valor por extenso) dias [não podendo ser inferior a **60 (sessenta) dias** contados da data da sessão pública].

..... de de 2025.

NOME

Cargo

Nome da empresa

(ASSINATURA ELETRÔNICA)

Observações:

- 1) emitir preferencialmente em papel timbrado da licitante;**
- 2) assinatura eletrônica nos termos do que dispõe a Lei nº 14.063/2020.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2025
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE CELEBRAM DE UM LADO A CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ E, DO OUTRO, A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ**, inscrita no CNPJ sob o nº 83.500.603/0001-80, com sede no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Avenida Vereador Abrahão João Francisco, 3.825, Ressacada, CEP 88.307-303, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato, representada por seu Presidente, o Senhor _____, inscrito no CPF sob o nº _____, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, adiante designada **CONTRATADA**, com sede à Rua _____, (nº) _____, (bairro) _____, CEP _____, no Município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada, neste ato, pelo(a) Sr.(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta nos autos do **Processo Licitatório nº 19/2025, Pregão Eletrônico nº 09/2025**, e em observância ao que dispõe os termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e Decreto Legislativo nº 713, de 04 de abril de 2023 e autorização através da Resolução nº 565, de 03 de julho de 2015 e demais legislação aplicável, ficando ajustado e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento de contrato tem como objeto a *"exploração comercial de serviços de cafeteria/lanchonete nas dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí, mediante concessão de uso de espaço físico"*, conforme as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- 1.2.1. Termo de Referência;
- 1.2.2. Instrumento convocatório;
- 1.2.3. Proposta de preços;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supramencionados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do objeto será de **02 (dois)** anos, prorrogável pro até **10 (dez)** anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo indicado terá início em até **30 (trinta) dias** da assinatura do presente.

2.2. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado foi penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao presente.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação (a título de aluguel e despesas com água e luz) da área cedida é de **R\$ 781,25 (setecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)**.

5.2. O valor total da cesta básica de produtos dos produtos a serem oferecidos é de **R\$ _____ (descrever valor por extenso)**, apresentando-se os valores unitários correspondentes, na tabela abaixo:

Item	Qtd.	Und.	Descrição resumida	Valor Unitário	Valor Total
01	01	unidade	Água sem gás, embalagem com 500ml		
02	01	unidade	Água com gás, embalagem com 500ml		
03	01	unidade	Café com leite, 180ml		
04	01	unidade	Café preto, 180ml		
05	01	unidade	Chá, diversos sabores, 180ml		
06	01	unidade	Sucos naturais, 180ml		
07	01	unidade	Bolo simples, fatia de no mínimo 100g		
08	01	unidade	Pão de queijo, com no mínimo 80g		
09	01	unidade	Pastel assado – massa assada com recheio à base de carne de frango ou carne bovina (mínimo 70g de recheio)		
10	01	unidade	Sanduíche integral de frango – pão integral (50g), recheio a base de carne de frango desfiado (mínimo 40g de frango), cenoura ralada (5g) e alface (15g)		
11	01	unidade	Salada de frutas, embalagem com 180g, com no mínimo 04 frutas		
Valor total Global					



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



5.3. Nos valores estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ocorrer mensalmente, até o **10º dia de cada mês**, sendo que as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Item 5.4 do Anexo I – Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimativo, que se deu em 24/04/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo Contratante, aplicando-se:

7.2.1. Para itens da “cesta básica de produtos”: Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA;

7.2.2. Para o valor do aluguel: Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste, se for o caso, será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar a prestação dos serviços de acordo com as determinações do presente instrumento, do Termo de Referência e do Edital licitatório.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



8.1.4. Notificar o Contratado por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.5. Durante a vigência do presente contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada através de fiscal designado pela Secretaria de Administração e Finanças da Câmara de Vereadores de Itajaí.

8.1.6. Propiciar acesso aos profissionais às suas dependências para entrega do objeto do presente.

8.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, termos de sua proposta e demais normas vigentes aplicáveis à matéria objeto da presente contratação.

8.1.8. Rejeitar o serviço executado em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa Contratada, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela CVI.

8.1.9. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da empresa contratada que não mereça confiança, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

8.1.10. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto do presente instrumento.

8.1.11. Aplicar ao Contratado as sanções prevista na lei e no Contrato.

8.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.13. A Administração terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do protocolo de requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.14. Responder eventuais pedidos de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**.

8.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda as obrigações a seguir expostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



9.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior, conforme o que determina o artigo 137, II da Lei nº 14.133/21 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.9. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.10. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

9.1.11. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

9.1.12. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.1.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



9.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mando sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.19. A contratada observará a Resolução do RDC ANVISA nº 216, de 2004, alterada pela RDC nº 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

9.1.20. Os serviços serão prestados com utilização de equipamentos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) pertinentes, nos termos da Portaria INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

9.1.21. Os serviços deverão ser prestados com utilização de equipamento com Selo Ruído, indicativo do nível pertinente de potência sonora, nos termos da Resolução do CONAMA nº 20, de 07/12/1994, Portaria nº 430, de 16 de agosto de 2012.

9.1.22. Manter durante toda a vigência contratual compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no processo de contratação.

9.1.23. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como os documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.24. Cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme o que dispõe o artigo 116 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.25. Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, em conformidade com o artigo 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21.

9.1.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.1.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, alínea “d” da Lei nº 14.133/2021.

9.1.28. Cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante.

9.1.29. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações legais mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.30. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



9.1.31. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização de trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame e ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do artigo 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O contratado deverá exigir de suoperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Banco de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, artigo 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANDP por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme artigo 156, §2º da Lei nº 14.133/2021;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 12.1 do presente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, em conformidade com o artigo 156, §4º da Lei nº 14.133/2021;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 12.1 deste contrato, bem como as alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, segundo o artigo 156, §5º da Lei nº 14.133/2021.

12.2.4. Multa:

- a) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato até o máximo de 20% (vinte por cento);
- b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1 de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1 de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- f) Para infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



12.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme previsão do artigo 156, §9º da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (artigo 156, §7º da Lei nº 14.133/2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, em atenção ao disposto no artigo 157 da Lei nº 14.133/2021.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme artigo 156, §8º da Lei nº 14.133/2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

12.9. Conforme disposição do artigo 156, §1º da Lei nº 14.133/2021, na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

12.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, em seu artigo 159.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os defeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme o artigo 160 da Lei nº 14.133/21.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme disposição do artigo 161 da Lei nº 14.133/2021.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato, referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

13.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme o que dispõe o artigo 131, caput da Lei nº 14.133/2021.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau em consonância com o artigo 14, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Geral da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, em consonância com o que dispõe o artigo 132 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual no Foro da Comarca de Itajaí.

16.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Itajaí (SC), _____ de _____ de 2025.

Câmara de Vereadores de Itajaí
CONTRATANTE

Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

CLIENTE: CÂMARA DE VEREADORES
PROJETO: MÓVEIS





RESPONSÁVEL TÉCNICA
FRACIANE MARQUETTI

ABD/SC

39392

ETAPA
DET. EXECUTIVO

ARQUIVO

IMAGEM CANTINA

REVISÃO
R02

ESCALA
1/20

ENDEREÇO DA OBRA

ITAJAÍ - SANTA CATARINA

DATA
07/09/2022

FOLHA

09/19





RESPONSÁVEL TÉCNICA
FRANCIANE MARQUETTI

ABD/SC

39392

ETAPA
DET. EXECUTIVO

ARQUIVO

IMAGEM CANTINA

REVISÃO
R02

ESCALA
1/20

ENDEREÇO DA OBRA

ITAJAÍ - SANTA CATARINA

DATA
07/09/2022

FOLHA

10/19





RESPONSÁVEL TÉCNICA
FRACIANE MARQUETTI

ABD/SC
39392

ETAPA
DET. EXECUTIVO

REVISÃO
R02

ARQUIVO
IMAGEM CANTINA

ESCALA
1/20

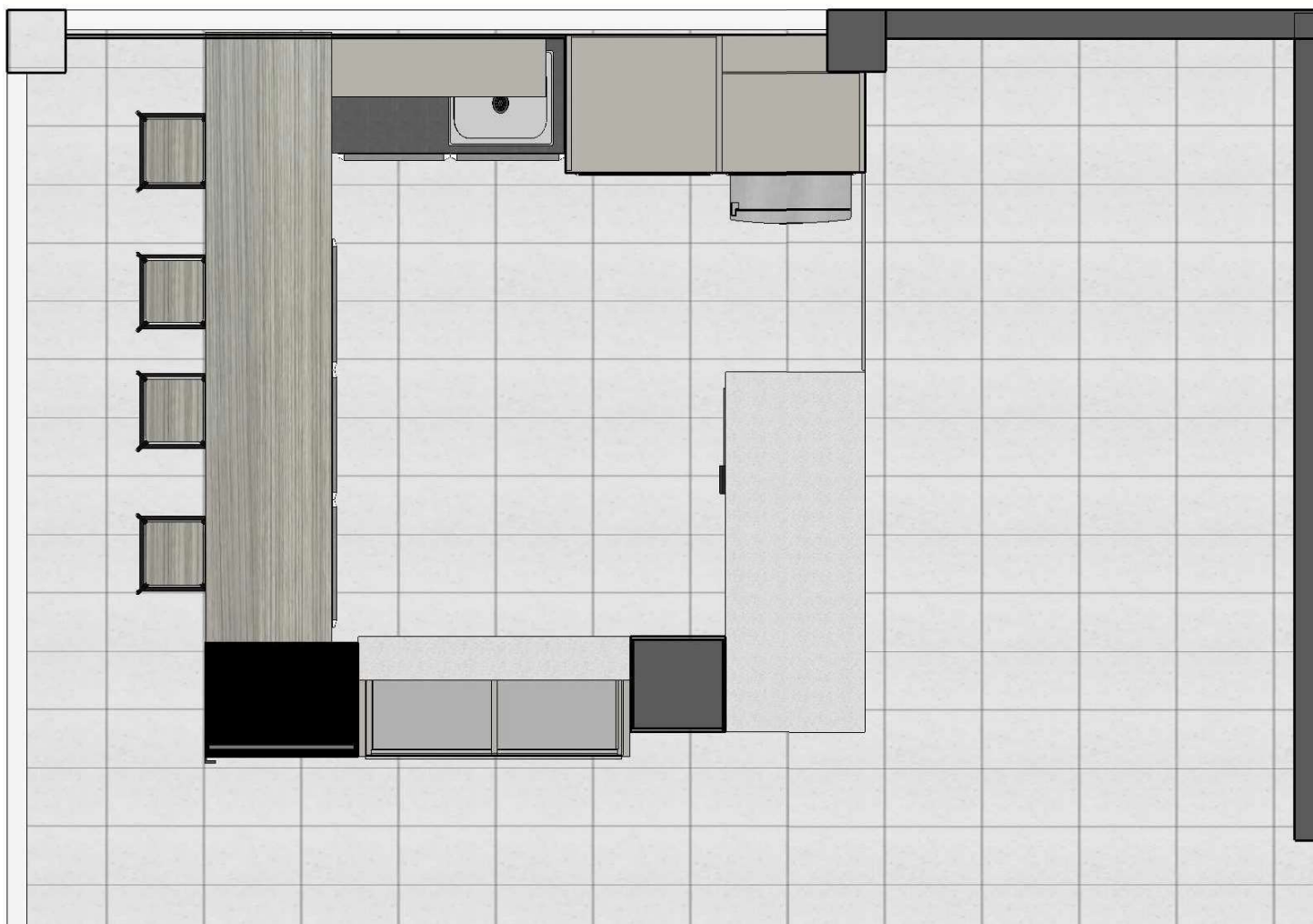
DATA
07/09/2022

ENDEREÇO DA OBRA
ITAJAÍ - SANTA CATARINA

FOLHA

11/19





OBS.: CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL

RESPONSÁVEL TÉCNICA
FRACIANE MARQUETTI
ABD/SC
39392

ETAPA
DET. EXECUTIVO
ARQUIVO
PLANTA BAIXA_CANTINA

REVISÃO
R02

ESCALA
1/20
DATA
07/09/2022

ENDEREÇO DA OBRA
ITAJAÍ - SANTA CATARINA

FOLHA

12/19





RESPONSÁVEL TÉCNICA
FRACIANE MARQUETTI

ABD/SC
39392

ETAPA
DET. EXECUTIVO

ARQUIVO

REVISÃO
R02

CANTINA

ESCALA
1/20

ENDEREÇO DA OBRA
ITAJAÍ - SANTA CATARINA

DATA
07/09/2022

FOLHA

13/19





RESPONSÁVEL TÉCNICA
FRACIANE MARQUETTI
ABD/SC
39392

ETAPA
DET. EXECUTIVO
ARQUIVO
CANTINA

REVISÃO
R02

ESCALA
1/20
DATA
07/09/2022

ENDEREÇO DA OBRA
ITAJAÍ - SANTA CATARINA

FOLHA

14/19





RESPONSÁVEL TÉCNICA
FRACIANE MARQUETTI

ABD/SC
39392

ETAPA
DET. EXECUTIVO

ARQUIVO

REVISÃO
R02

CANTINA

ESCALA
1/20

ENDEREÇO DA OBRA

ITAJAÍ - SANTA CATARINA

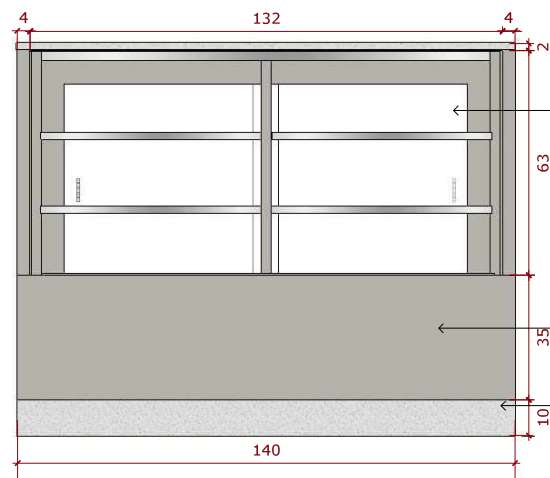
DATA
07/09/2022

FOLHA

15/19



PLANTA BAIXA - ESTUFA



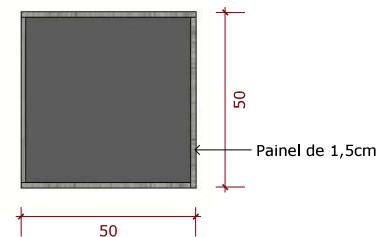
Estufa quente e fria
Modelo: GQEA 140 C/R
Marca: Gelopar

MDF Metallic Suede
Marca: Berneck

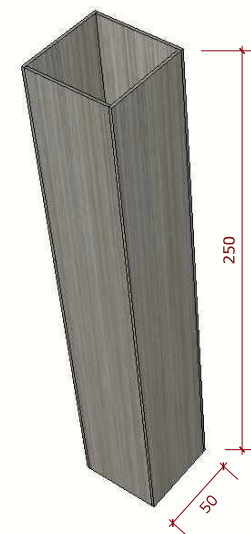
Rodapé e qualquer peça em
contato com o piso deverá
ser executado em granito



PLANTA BAIXA - PAINEL P/ REVESTIR PILAR



PAINEL P/ REVESTIR PILAR



OBS.: CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL

RESPONSÁVEL TÉCNICA
FRACIANE MARQUETTI
ABD/SC
39392

ETAPA
DET. EXECUTIVO
ARQUIVO
MÓVEL ESTUFA

REVISÃO
R02

ESCALA
1/20
ENDEREÇO DA OBRA
ITAJAÍ - SANTA CATARINA

DATA
07/09/2022

FOLHA

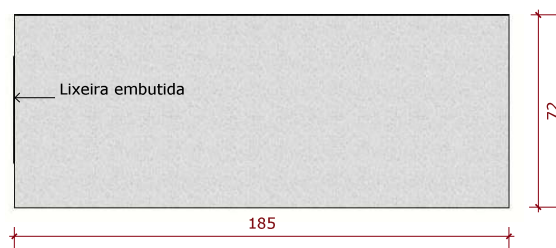
16/19



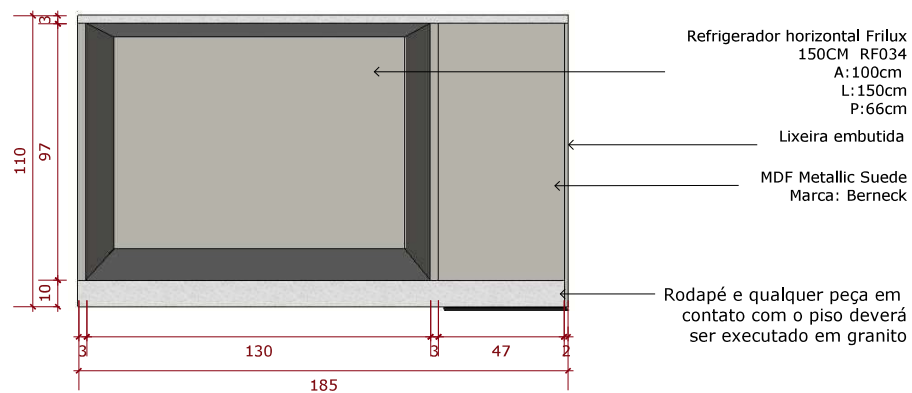


Freezer
Porta Saloon (vai e vêm)

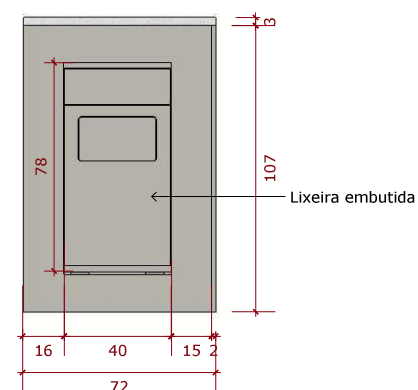
PLANTA BAIXA - MÓVEL FREEZER



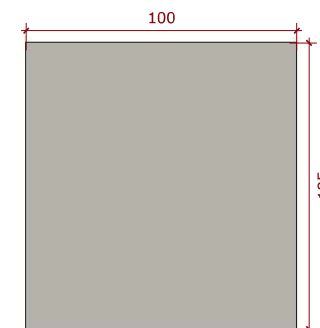
MÓVEL FREEZER



MÓVEL FREEZER - VISTA FRONTAL



PAINEL P/ PORTA SALOON



OBS.: CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL

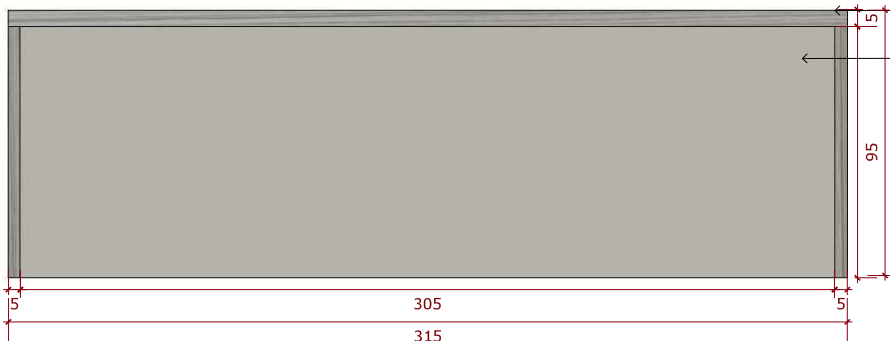
RESPONSÁVEL TÉCNICA FRACIANE MARQUETTI	ETAPA DET. EXECUTIVO	REVISÃO R02	ESCALA 1/20	DATA 07/09/2022	FOLHA
ABD/SC 39392	ARQUIVO MÓVEL FREEZER		ENDEREÇO DA OBRA ITAJAÍ - SANTA CATARINA		17/19



PLANTA BAIXA - MÓVEL BANCADA



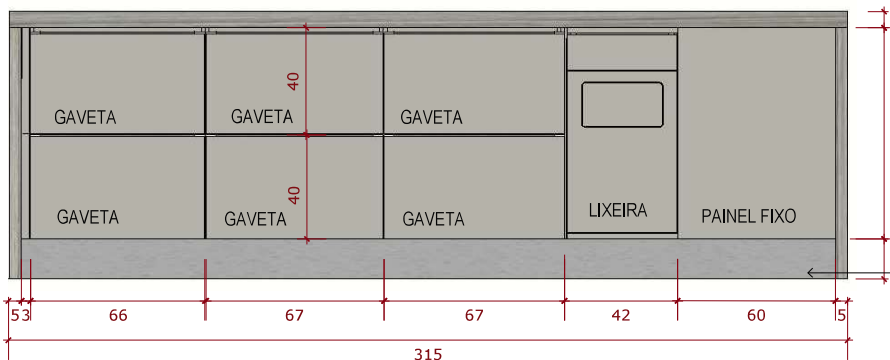
MÓVEL BANCADA



MDF Teka Barcelona
Marca: Arauco

MDF Metallic Suede
Marca: Berneck

MÓVEL BANCADA



Rodapé e qualquer peça em
contato com o piso deverá
ser executado em granito

OBS.: CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL



RESPONSÁVEL TÉCNICA
FRACIANE MARQUETTI
ABD/SC
39392

ETAPA
DET. EXECUTIVO
ARQUIVO
MÓVEL BANCADA

REVISÃO
R02

ESCALA
1/20
ENDEREÇO DA OBRA
ITAJAÍ - SANTA CATARINA

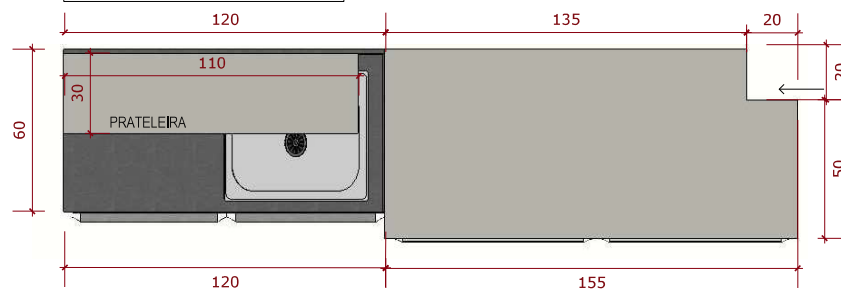
DATA
07/09/2022

FOLHA

18/19



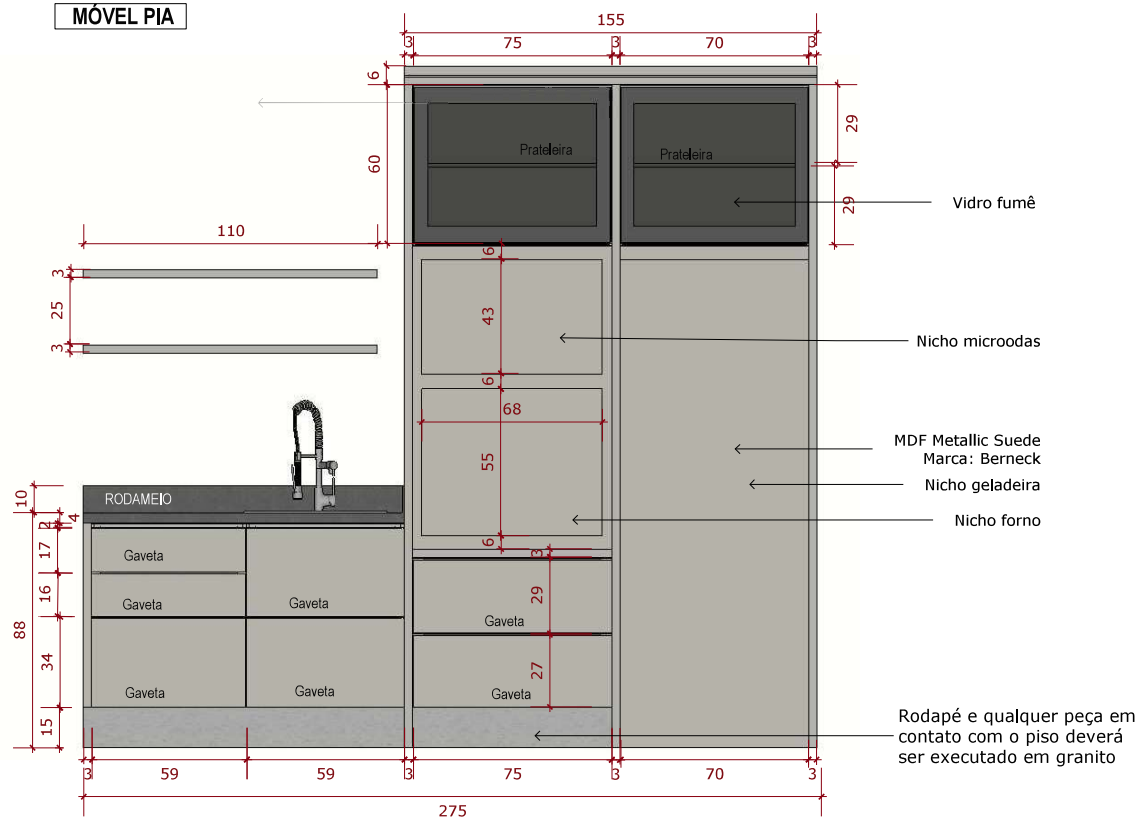
PLANTA BAIXA - MÓVEL PIA



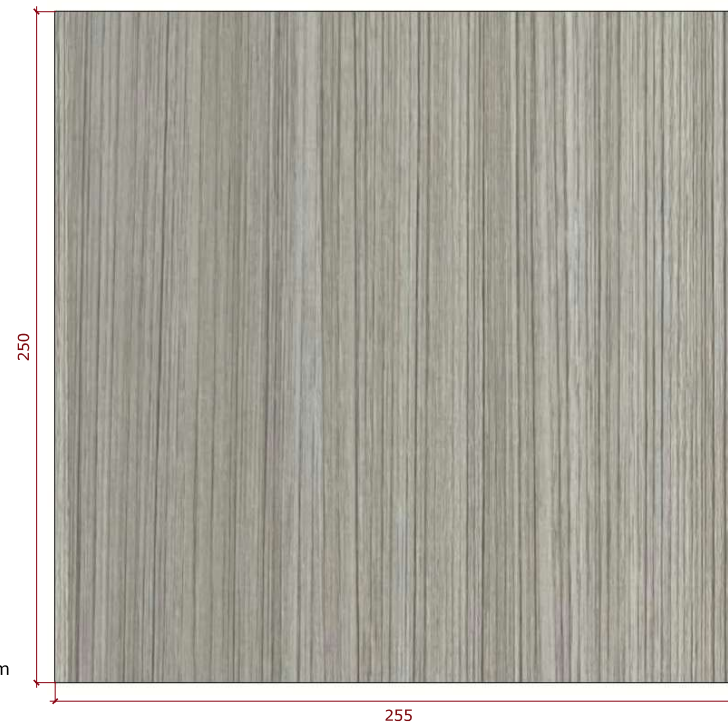
Fazer recorte
p/ pilar
Conferir medida do pilar



MÓVEL PIA



PAINEL - FUNDO - MÓVEL PIA



OBS.: CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL

RESPONSÁVEL TÉCNICA
FRACIANE MARQUETTI
ABD/SC
39392

ETAPA
DET. EXECUTIVO
ARQUIVO

REVISÃO
R02
MÓVEL PIA

ESCALA
1/20
ENDEREÇO DA OBRA
ITAJAÍ - SANTA CATARINA

DATA
07/09/2022

FOLHA

19/19

